

## ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS\*

### Autor(res)

Stace Liz Carneiro  
Layla Fernanda Guimarães Da Silva  
Habib Ribeiro David  
Vamberth Soares De Sousa Lima  
Felipe De Almeida Campos  
Cintia Batista Pereira

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

A arrecadação e a prestação de contas eleitorais são pilares da transparência e da legalidade nas campanhas políticas. No Brasil, a legislação eleitoral, com destaque para a Lei nº 9.504/1997 e a Resolução TSE nº 23.607/2019, impõe regras rigorosas para o financiamento de campanhas, garantindo a lisura do processo. O sistema eleitoral brasileiro prevê que candidatos somente podem arrecadar recursos após o registro da candidatura, evitando a captação de dinheiro antes do início oficial da campanha. Além disso, as doações são limitadas a 10% da renda bruta do doador no ano anterior à eleição, buscando evitar a influência desproporcional de grandes doadores. A prestação de contas, obrigatória para candidatos e partidos, visa garantir a rastreabilidade dos recursos utilizados durante a campanha. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é responsável por fiscalizar e analisar as contas, punindo irregularidades e garantindo a aplicação da lei.

### Objetivo

Analisar as normas de arrecadação, gastos e prestação de contas eleitorais, destacando sua importância para a democracia.

### Material e Métodos

O estudo do resumo baseou-se em documentos legais entre eles: guias do TSE e dados sobre arrecadação e gastos eleitorais. Foram analisadas as regras estabelecidas nas resoluções do TSE, com foco em como os partidos devem registrar suas receitas e despesas., prestação de contas eleitorais. A metodologia incluiu revisão bibliográfica e análise comparativa das normas vigentes, com abrangência nas leis que regem o sistema eleitoral brasileiro.

### Resultados e Discussão

Os resultados mostram que a fiscalização é essencial para evitar irregularidades. Candidatos devem abrir contas bancárias específicas para movimentação dos recursos. As prestações de contas devem ser enviadas à Justiça

Eleitoral, detalhando todas as receitas e despesas[5][6]. O não cumprimento das normas pode resultar em multas ou desaprovação das contas. A transparência no financiamento de campanhas é crucial para a democracia. A legislação eleitoral brasileira busca garantir a igualdade de oportunidades entre os candidatos e evitar a influência indevida de grupos ou indivíduos com poder financeiro.

### **Conclusão**

A correta gestão da arrecadação e gastos eleitorais é crucial para a integridade do processo democrático. A legislação proporciona um sistema que visa transparência, mas requer vigilância contínua para garantir sua efetividade. A correta aplicação das normas e a fiscalização rigorosa são essenciais para fortalecer a confiança do cidadão no processo eleitoral. A prestação de contas, obrigatória para candidatos e partidos, visa garantir a rastreabilidade dos recursos utilizados durante a campanha.

### **Referências**

Lei nº 9.504/1997; Resolução TSE nº 23.607/2019; Resolução TSE nº 23.731/2024; TRE-MG; TRE-RR; TRE-SC; MPF.